

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

ANEXO

Delegação Regional do Algarve

Aviso n.º 8175/2006

Por deliberação de 24 de Maio de 2006 do conselho de administração do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., foi a Teresa Sofia Alexandre Canas Martins, estagiária da carreira técnica superior de saúde, ramo de psicologia clínica, em regime de contrato administrativo de provimento, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e do n.º 7 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, autorizada a cessação do referido contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 28 de Junho de 2006.

27 de Junho de 2006. — O Delegado Regional, *António Brito Camacho*.

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Aviso n.º 8176/2006

O conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, analisada a proposta/DIL/2894, de 6 de Junho de 2006, da comissão de avaliação de postos farmacêuticos móveis, relativa ao pedido de transformação de posto de medicamentos em posto farmacêutico móvel dependente da Farmácia Monte Real, sita na Rua do Dr. Oliveira Salazar, 9, na freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, distrito de Leiria, ao abrigo do n.º 18.º da Portaria n.º 936-A/99, de 22 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 1379/2002, e considerando que:

Para o local pretendido não existe aberto concurso para instalação de farmácia (n.º 16.º, n.º 1, da citada portaria);

Foram ouvidas a ARS e a Câmara Municipal interessadas;

Foi entregue toda a documentação prevista no n.º 8 do despacho n.º 22 618/2002 (2.ª série), de 22 de Outubro, alterado pelo despacho n.º 2244/2003 (2.ª série);

Conclui pela documentação que instrui o processo que reúne as condições legais, pelo que emite parecer favorável à pretendida transformação do posto de medicamentos em posto farmacêutico móvel, nos termos dos n.ºs 31, 32 e 33 do citado despacho;

deliberou em sessão do conselho de administração de 22 de Junho de 2006 (acta n.º 25/CA/2006) deferir o pedido e consequente autorização de substituição do posto de medicamentos por posto farmacêutico móvel, sito na Rua do Outeiro, freguesia de Ortigosa, concelho de Leiria, distrito de Leiria, nos termos do n.º 18.º da Portaria n.º 936-A/99, de 22 de Outubro.

26 de Junho de 2006. — Pelo Conselho de Administração, o Vice-Presidente, *Hélder Mota Filipe*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 15 642/2006

1 — Nos termos do estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e nas disposições conjugadas dos n.ºs 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, e 1 do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2004, de 28 de Abril, e considerando que o *curriculum vitae* publicado em anexo evidencia um perfil adequado e é demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício do cargo em que é investido, é nomeado, em comissão de serviço, para o exercício das funções de director regional-adjunto da Direcção Regional de Educação do Norte, do Ministério da Educação, o licenciado Manuel Silva Oliveira, professor do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária Soares de Basto, Oliveira de Azeméis.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 26 de Maio de 2006, inclusive.

9 de Junho de 2006. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Síntese curricular

Manuel Silva Oliveira nasceu em São João da Madeira em 1953, no dia 13 de Abril, e é casado. É licenciado em Administração Escolar pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. Concluiu o curso de Electrotecnia e Máquinas em 1974 no ex-Instituto Industrial do Porto.

É professor do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária Soares de Basto, em Oliveira de Azeméis.

Foi, no ano lectivo de 1982-1983, enquanto delegado de grupo do 2.º A (Mecanotecnica), orientador de estágio pedagógico na Escola Secundária de Vale de Cambra. No ano lectivo seguinte assumiu a presidência do conselho directivo da Escola.

Foi, entre os anos lectivos de 1985-1986 a 1992-1993, presidente do conselho directivo da Escola Secundária de Oliveira de Azeméis. Com o advento dos computadores, é sob a sua orientação que a Escola inicia o processo de informatização, no início do cálculo dos vencimentos e posteriormente de toda a área administrativa. Foi durante o seu mandato que, com o apoio do tecido industrial e comercial de Oliveira de Azeméis, criou e equipou a primeira sala de informática da Escola. Durante a vigência do seu mandato, a Escola, a par da Escola Secundária da Marinha Grande, lançou o curso técnico-profissional de Moldes.

Enquanto presidente da Escola, foi responsável pela candidatura ao PEDIP na área de Desenho e Projecto de Moldes e Programação CNC. Foi ainda responsável pela candidatura no âmbito do mesmo Programa ao reequipamento na área do desenho assistido por computador e equipamentos de programação CNC.

Foi coordenador do Centro de Área Educativa de Entre Douro e Vouga, desde 6 de Maio de 1996 a 30 de Junho de 2002.

No ano lectivo de 2002-2003, foi presidente da comissão provisória da Escola Secundária n.º 3 de São João da Madeira.

Actualmente exercia o cargo de coordenador educativo no Entre Douro e Vouga, cargo que assumiu em 13 de Junho de 2005.

Foi presidente da Assembleia Municipal de São João da Madeira no mandato de 1998 a 2001.

É auditor de defesa nacional desde 2000.

Possui o certificado de registo de formação contínua de professores, áreas e domínios B01 — Administração educacional/B02 — Organização do sistema educativo, registo CCPFC/RFO 04328/97, e o estatuto de formador outorgado por despacho da directora-geral da Direcção-Geral de Administração Educativa em 11 de Março de 2003.

Orientou várias acções de formação, nomeadamente «A administração escolar e a construção da autonomia da escola», «Os pais na nova gestão das escolas», «Pensar, gerir e avaliar o currículo», «Transição do escudo para o euro», «A dimensão pedagógica das funções dos auxiliares de acção educativa», «Direitos e deveres dos funcionários», «Cultura de participação, cooperação e autonomia» e «Acção educativa — Aspectos pedagógicos».

Apresentou algumas comunicações, nomeadamente «Escola em fim de século», «A modernização administrativa nas escolas», «O difícil caminho da mudança» e «Da organização ao indivíduo — O novo paradigma de avaliação».

Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

Despacho n.º 15 643/2006

O Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, aprovou a orgânica do Ministério da Educação, tendo, por sua vez, o Decreto Regulamentar n.º 1772/04, de 28 de Abril, aprovado a estrutura orgânica da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC).

A Portaria n.º 597/2004, de 3 de Junho, fixou as unidades orgânicas nucleares e a dotação máxima das unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, de acordo com o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, e dos diplomas atrás referidos e atendendo a que, nos termos do disposto na Lei n.º 2/2004, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura do lugar e considerando ainda que se encontra sem titular o cargo de director de serviços de Recursos Multimédia e de Sistemas de Informação (DSRMSI):

Nomeio, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o mestre Luís Miguel Pereira dos Santos como director de serviços de Recursos Multimédia e de Sistemas de Informação.

1 de Julho de 2006. — O Director-Geral, *Luís Manuel Antunes Capucha*.